

LUÍS HENRIQUE LINHARES ZOUERIN

MANUAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS À LUZ DO DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

INCLUI

- › Farta jurisprudência do STJ e do STF
- › Sentenças da Corte IDH e Comentários Gerais da ONU
- › Novos direitos fundamentais em espécie
- › ECA Digital e outras novidades legislativas

2ª EDIÇÃO | 2026
revisada, atualizada e ampliada


EDITORA
CEI

SUMÁRIO

1	TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	11
1.1	Uma questão (não meramente) terminológica: direitos fundamentais vs. direitos humanos	11
1.2	Distinções e aproximações entre direitos e garantias fundamentais.....	14
1.3	A teoria dos <i>status</i> de Georg Jellinek.....	17
1.4	A classificação tripartida dos direitos fundamentais: direitos de defesa, a prestações e de participação	21
1.5	Gerações de direitos fundamentais	24
1.5.1	Críticas à classificação dos direitos fundamentais em gerações.....	28
1.6	Características dos direitos fundamentais.....	30
1.7	Titulares dos direitos fundamentais.....	36
1.8	Aplicabilidade direta e imediata dos direitos fundamentais: sentido e alcance do art. 5º, §1º, da CRFB.....	43
1.9	Eficácias horizontal, vertical e diagonal dos direitos fundamentais.....	48
1.10	A dupla dimensão dos direitos fundamentais: subjetiva e objetiva.....	53
1.11	Colisões entre direitos fundamentais: controvérsias e técnicas de solução.....	61
1.11.1	Breves considerações	61
1.11.2	Teoria interna vs. teoria externa: conteúdo, limites e restrições aos direitos fundamentais.....	64
1.11.3	Suporte fático dos direitos fundamentais	69
1.11.4	Núcleo essencial dos direitos fundamentais: teoria absoluta vs. relativa.....	72
1.11.5	Proporcionalidade	75
1.11.5.1	A natureza da proporcionalidade: princípio, regra ou postulado?	82
1.11.5.2	Proporcionalidade e razoabilidade: sinônimos?	83
1.11.5.3	Fundamento da proporcionalidade na ordem jurídica brasileira.....	85
1.11.5.4	Adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito.....	87
1.11.5.4.1	Adequação.....	88
1.11.5.4.2	Necessidade	90
1.11.5.4.3	Proporcionalidade em sentido estrito	92
1.11.5.5	Vedação à proteção insuficiente: o sentido positivo da proporcionalidade	94

2	CULTURA DE RESISTÊNCIA À EFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS	97
2.1	O etiquetamento dos direitos sociais como normas “meramente programáticas”	99
2.2	A (suposta) maior abertura semântica das normas constitucionais que consagram direitos sociais.....	105
2.3	Separação de poderes e discricionariedade administrativa: reflexões para uma leitura contemporânea.....	108
2.4	Mínimo existencial vs. reserva do possível: a busca por equilíbrio.....	117
2.5	Princípio da vedação ao retrocesso.....	123
3	DIREITO À VIDA	129
3.1	Introdução: base normativa, conceito e outros aspectos iniciais	129
3.2	Pena de morte	132
3.3	Lei de Biossegurança e pesquisas com células-tronco	134
3.4	Interrupção antecipada da gestação: existe um direito fundamental ao aborto?	136
3.4.1	Sigilo médico-paciente e proteção contra denúncias criminalizadoras: diálogos entre a jurisprudência do STJ e o Caso Manuela e outros vs. El Salvador	150
3.4.2	Aspectos práticos sobre a concretização do direito ao aborto nas hipóteses legais	153
3.4.3	Defensoria Pública e a figura do “curador do feto”	154
3.4.4	Inconstitucionalidade e inconveniência de Leis Estaduais e Municipais que promovam desinformação e revitização nas hipóteses de aborto legal... ..	158
3.4.5	A (tímida) posição da Corte IDH no caso Beatriz e outros vs. El Salvador	160
3.5	Eutanásia e conceitos afins: existe um direito à própria morte?	162
3.6	Necropolítica no pensamento de Achille Mbembe	167
4	LIBERDADE RELIGIOSA	173
4.1	Introdução: base normativa e conceitual.....	173
4.2	Estado Laico e o dever de neutralidade	174
4.2.1	Acomodação razoável e dever de neutralidade inclusiva	176
4.2.2	Ensino religioso confessional em escolas públicas e particulares.....	179
4.2.3	Símbolos religiosos em prédios públicos: análise crítica da posição do STF.....	180
4.3	Objecção de consciência.....	182
4.3.1	Objecção de consciência: repercussões em concursos e no serviço público.....	182
4.3.2	Vacinação compulsória vs. vacinação forçada e a (im)possibilidade de alegação de objecção de consciência	184

4.3.3	Transfusão de sangue em testemunhas de Jeová: entre a vida e a liberdade religiosa.....	187
4.4	Proselitismo religioso	190
4.4.1	O direito ao sossego como limite ao proselitismo religioso	192
4.5	Racismo religioso	194
4.6	Dano espiritual na jurisprudência da Corte IDH.....	197

5 LIBERDADE DE EXPRESSÃO 201

5.1	Introdução: conceito, importância e base normativa	201
5.2	Uma análise introdutória do conceito de censura.....	204
5.2.1	Cultura do cancelamento: nova forma de censura?	212
5.3	Amplitude e restrições à liberdade de expressão.....	218
5.3.1	Breves notas sobre a vedação ao anonimato	220
5.4	Discurso de ódio.....	223
5.4.1	Diferenças entre o Caso Ellwanger e o Caso Jonas Abib.....	227
5.5	Marcha da maconha e o direito fundamental a defender descriminalização de condutas.....	229
5.6	Criminalização de artistas periféricos e as fronteiras entre a arte e a apologia.....	230
5.7	(In)convencionalidade do crime de desacato	234
5.8	Manifestações políticas em universidades nas eleições de 2018.....	238
5.9	Caso Lollapalooza e as manifestações de Pablo Vittar nas eleições de 2022.....	240
5.10	Caso Bienal do Livro	248
5.11	Caso Porta dos Fundos.....	250
5.12	<i>Fake news</i>	252
5.13	Responsabilidade das <i>Big Techs</i> , a posição do STF e o ECA Digital	263
5.14	Direito de resposta	267

6 DIREITO À IGUALDADE..... 273

6.1	Introdução: desenvolvimento histórico, base normativa e aspectos teóricos	273
6.2	Conceitos, classificações e manifestações da igualdade.....	277
6.2.1	Discriminação direta, indireta e a teoria do impacto desproporcional.....	277
6.2.2	Igualdade como reconhecimento	279
6.2.3	Subintegração e sobreintegração no pensamento de Marcelo Neves.....	280
6.2.4	Uma visão estrutural da igualdade: a igualdade como não submissão	282
6.3	Igualdade racial.....	286
6.3.1	Teoria Crítica da Raça	288

6.3.2	Ações afirmativas étnico-raciais e a (tentativa de) proibição de cotas em Santa Catarina.....	293
6.3.3	Racismo reverso não existe! Impossibilidade de injúria racial contra pessoas brancas.....	296
6.3.4	Racismo recreativo, religioso, ambiental e algorítmico.....	298
6.3.5	Caso Dos Santos Nascimento e Ferreira Gomes vs. Brasil (2024).....	300
6.4	Igualdade de gênero.....	304
6.4.1	Ondas do feminismo.....	305
6.4.2	Ações afirmativas de gênero na jurisprudência do STF.....	309
6.4.3	Inconstitucionalidade da odiosa tese da “legítima defesa da honra”	311
6.4.4	Caso Marcia Barbosa de Souza e outros vs. Brasil (2021).....	313
6.4.5	Assistência qualificada à vítima da Lei Maria da Penha	316
6.4.6	Violência obstétrica e o caso Alyne Pimentel.....	320
6.5	Teoria das microagressões.....	324
7	DIREITO À SAÚDE.....	329
7.1	Introdução: conceito, base normativa e outros aspectos relevantes	329
7.2	Aspectos teóricos e práticos sobre efetividade e judicialização do direito à saúde	334
7.3	Medicamentos sem registro na Anvisa e não padronizados. Polêmicas envolvendo os temas 6 e 1234. (Des)necessidade da presença da União no polo passivo da demanda	342
7.3.1	Paralelo na saúde suplementar: ADI n. 7265 (2025) e os critérios para cobertura fora do rol da ANS	366
7.4	Caso Poblete Vilches e outros vs. Chile (2018).....	367
7.5	Breves notas sobre o Comentário Geral n. 14 do Comitê PIDESC	370
8	DIREITO À EDUCAÇÃO	375
8.1	Introdução: conceito e base normativa	375
8.2	“Escola sem Partido”, ideologia de gênero e linguagem neutra: a jurisprudência do STF em defesa de uma educação emancipadora	381
8.3	Ensino religioso confessional em escolas públicas e a posição do STF	388
8.4	<i>Homeschooling</i> : uma análise crítica da posição do STF	389
8.5	Educação inclusiva e os desafios das pessoas com deficiência	396
8.6	Judicialização da educação e o direito à creche e pré-escola.....	407
8.7	Educação em Direitos e Defensoria Pública.....	410

9	DIREITO À ALIMENTAÇÃO	413
9.1	Introdução: conceito e base normativa	413
9.2	Comentário Geral n. 12 do Comitê PIDESC e os componentes do direito à alimentação	417
9.3	Breves notas sobre o direito à alimentação no Sistema Interamericano	419
9.4	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)	422
9.5	Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)	425
10	DIREITO À MORADIA	429
10.1	Introdução: conceito, base normativa e outros aspectos relevantes	429
10.2	Comentários Gerais do Comitê PIDESC	433
10.2.1	Comentário Geral n. 4	433
10.2.2	Comentário Geral n. 7: remoções forçadas e diálogos com a Resolução n. 10/2018 do CNDH	436
10.3	Direito à moradia em tempos de Pandemia e a ADPF n. 828	439
11	DIREITO AO CUIDADO	445
11.1	Introdução	445
11.2	Conceito, natureza jurídica e base normativa	446
11.3	Breves notas sobre a Opinião Consultiva n. 31/25	450
11.4	Tridimensionalidade do direito ao cuidado	454
11.5	Economia do cuidado e pobreza de tempo: uma análise interseccional	456
11.6	Correlação entre direito ao cuidado e direito à creche e pré-escola	459
11.7	Direito ao cuidado e suas projeções no sistema prisional	461
12	ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO	465
12.1	Introdução: conceitos e base normativa	465
12.2	Opinião Consultiva n. 24/17: repercussões e diálogos com a ordem jurídica interna	475
12.3	Criminalização da homotransfobia: o Direito Penal é espaço para ações afirmativas?	480
12.4	Lei Maria da Penha e sua incidência em favor de mulheres trans	484
12.4.1	Incidência da LMP a casais homoafetivos do sexo masculino	490
12.5	População LGBTI+ e cárcere	492
12.6	Doação de sangue por homens homossexuais ou bissexuais	494
12.7	Breves apontamentos sobre a Teoria Queer	495